

A infância como objeto da história um balanço historiográfico

Douglas de Araújo Ramos Braga

Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Resumo

O presente artigo tem como objetivo traçar um balanço sobre como o tema da infância tem sido abordado na historiografia. Tendo em vista a extensão do assunto, optamos por adotar como foco de análise a produção historiográfica não brasileira acerca desta problemática, especialmente a europeia e a norte-americana a partir de meados do século XX. Neste sentido, faremos um panorama partindo do livro fundador, de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família*, publicado inicialmente no início dos anos 1960. A partir dessa obra, prosseguiremos com seus críticos, defensores e as diversas novas tendências em relação ao estudo da infância na história que vêm sendo desenvolvidas.

Palavras-chave história, infância, historiografia.

Abstract

This article aims to take stock of how the theme of childhood has been discussed in historiography. Given the extent of the issue, we adopted as an analytical focus the non-Brazilian historiography on this problem, especially the European and the US, from mid-twentieth century. Therefore we will make a panorama starting from Philippe Aries's book, *Social History of Child and Family*, first published in the early 1960s. From this work, we will continue with its critics, advocates and several new trends in the study of childhood in history that have been developed.

Keywords history, childhood, historiography.

Atualmente, o campo da história da infância encontra-se em expansão, a partir dos contatos com diversas outras disciplinas (especialmente a Psicologia e a Sociologia, como veremos) e da incorporação de novos temas de estudo pelos historiadores, como a relação entre infância e criminalidade, saúde e mortalidade infantil e o deslocamento de ênfase das análises de crianças das elites para aquelas das camadas menos favorecidas social e economicamente. Neste sentido, faremos um balanço historiográfico sobre como a temática da infância vem sendo desenvolvida na historiografia, desde trabalhos pioneiros até abordagens recentes. Debruçar-nos-emos em nossa análise na produção europeia e norte-americana, sem ter, contudo, o objetivo de esgotar o assunto.

Considerável proporção das discussões vigentes na área ainda se dá em referência àquele que é considerado o primeiro trabalho a ter realizado uma profunda análise histórica da infância, o livro do historiador das mentalidades francês Philippe Ariès, publicado originalmente em 1960, e no Brasil traduzido como *História Social da Criança e da Família* (1981).¹ De forma geral, a partir do estudo de amplo corpo documental que inclui iconografia religiosa e leiga, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos, Ariès localizou no mundo moderno, destacadamente a partir do século XVII, profundas transformações no caráter da família e o surgimento do sentimento de infância.

O historiador confere centralidade nesse processo às mudanças referentes à educação. Segundo Ariès, a partir de um amplo movimento de moralização liderado sobretudo por reformadores católicos, protestantes e juristas, a escola se constituiu enquanto instituição fundamental como meio de educação, com as crianças deixando de ser misturadas aos adultos e de aprender a vida diretamente com eles. Ao mesmo tempo, a família se transformou de uma instituição voltada para a conservação dos bens, a prática comum de um ofício ou a ajuda mútua cotidiana, em um lugar de afeição entre os cônjuges e entre os pais e filhos, afeição esta expressa principalmente através da importância que se passou a atribuir à educação. Se na arte medieval, para o historiador, as crianças seriam representadas como miniaturas de adultos, desde o século XIV as representações artísticas começaram a enfatizar a personalidade das crianças, desde retratos até a especialização de roupas especiais que as

1 ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

distinguissem dos adultos. Logo, em conclusão que, como veremos, foi fundamental para a historiografia da infância, Ariès defende que

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (...) Assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos.²

Por outro lado, o sentimento de infância seria inseparável do sentimento de família, que emergiu nos séculos XVI e XVII. Na perspectiva de Ariès, o interesse pela infância seria uma forma e uma expressão desse sentimento de família. A partir de amplas transformações na sociedade, as antigas solidariedades de linhagem teriam recuado, ao mesmo tempo em que se fortalecia a intimidade doméstica, inclusive com alterações nas disposições das próprias casas. Esse sentimento de linhagem teria sido o único sentimento familiar conhecido na Idade Média, caracterizado pela extensão aos laços de sangue, sem levar em conta a coabitação e a intimidade. Ao contrário, o sentimento de família está ligado intimamente a casa, e voltado principalmente para as crianças, se limitando inicialmente às classes abastadas, e progressivamente estendendo-se a todas as camadas da sociedade. Desta maneira, o autor conclui que

Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. (...) O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento

² *Ibidem*, pp. 156-157.

moderno de família. (...) A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política. O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. (...) A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato.³

A tese de Ariès abriu a possibilidade, portanto, de se analisar a infância historicamente. Desde sua publicação em 1960, ela tem suscitado diversas discussões e críticas, desde aqueles autores que consideram sua análise das fontes reducionistas, assim como medievalistas que procuram argumentar a existência do sentimento de infância no período medieval, e ainda outros pesquisadores que rechaçam seu ponto de vista e propõem um novo modelo de análise histórica.

Neste último caso, encontram-se os estudos do psicanalista norte-americano Lloyd deMause, cujo livro *The History of Childhood*, publicado em 1974, ainda hoje exerce grande influência, especialmente por sua “teoria psicogenética da história”. Em suas reflexões sobre o que o levou a escrever sobre o tema da história da infância, deMause⁴ critica Ariès por considerar que este idealizou a infância do passado, e que na visão deste a infância do passado seria um “paraíso para crianças” (embora em nenhum momento de seu livro Ariès defenda expressamente argumento semelhante). Por sua vez, deMause afirma que a história da infância mostrou lento e constante progresso durante o tempo, e que tal processo evolucionário foi determinado pela psicodinâmica nas relações entre pais e filhos, muito mais do que por fatores econômicos. Às críticas de historiadores profissionais sobre um possível equívoco em sua abordagem em ignorar fatores culturais, econômicos e demográficos que constituem o tratamento dado às crianças em qualquer sociedade, o autor rebate argumentando que as capacidades críticas foram sobrepujadas por reações emotivas, e se coloca em uma posição de superioridade por ter pretensamente aberto o caminho para uma interpretação psicanalítica da história e superado as fronteiras do relativismo histórico.

3 *Ibidem*, p.277.

4 DeMAUSE, L. “On Writing Childhood History”. In: *The Journal of Psychobistory*, v.16, 1998.

Para deMause, através do estudo detalhado dos primeiros anos de vida de um indivíduo e de seus processos formativos, pode-se observar a repetição de traços sendo expressos na personalidade adulta, não influenciados por forças externas ao indivíduo. Como aponta Lowe,⁵ na teoria de deMause, a forma pela qual as crianças eram tratadas pelos adultos seria um fator central para entender o passado humano, e que hábitos e práticas impostos a crianças através da história ofereceriam a única explicação plena sobre como elas se comportaram enquanto adultos. Assim, na teoria psicogenética do autor, não é possível entender a história humana sem primeiro entender como seus protagonistas foram criados.

Apresentando, portanto, uma perspectiva evolucionista e reducionista, afastando qualquer outro fator que não seja o psicológico das explicações históricas, deMause argumenta que a história da espécie humana é a história de uma lenta melhoria geral no tratamento de crianças baseado em uma crescente tolerância, por parte dos pais, das ansiedades induzidas neles por suas crianças. Na sua perspectiva,

Se a história da infância e a psichistória significam algo, elas significam inverter a maioria das conexões causais utilizadas pelos historiadores até hoje. Ao invés de nosso modelo histórico ser um no qual um mundo superpoderoso inexoravelmente se impõe ele mesmo sobre a tabula rasa da mente, o mundo ele mesmo vai ser visto como uma tabula rasa a qual só tem significado e forma para cada geração por uma mente envolvente cuja estrutura é formada na interação pais-filhos.⁶

Mais recentemente, outros historiadores da infância têm buscado se inserir nesse debate, apresentando diferentes perspectivas de análise. John Clarke,⁷ por exemplo, considera que, embora algumas perspectivas detalhadas da obra de Ariès possam ser discutidas, sua visão mais geral está precisa, qual seja, a ideia de infância é uma invenção recente, um “artefato da modernidade”. Para o historiador, o papel das crianças nas famílias e na sociedade mudou

5 LOWE, R. “Childhood through the ages”. In: MAYNARD, T.; THOMAS, N. (eds). *An Introduction to Early Childhood Studies*. Londres: Sage Publications, 2009, p.23.

6 DeMAUSE. *Op. cit.*, p.22

7 CLARKE, J. “Histories of Childhood”. In: WYSE, Dominic (ed.). *Childhood Studies: an introduction*. Oxford: Blackwell Pub., 2004.

entre o século XVII e o mundo contemporâneo. O novo modelo familiar emergiu com o desenvolvimento das classes comerciais na Europa Ocidental e estava baseado na família voltada para si e liderada por um pai forte com foco central na criação das crianças, para as quais a educação se tornou a chave. A religião, principalmente o puritanismo, enfatizava de forma semelhante esta visão, com o pai sendo o responsável pela salvação da família, pela educação nos bons comportamentos e na importância da fé. As crianças deveriam aprender a se comportar corretamente, sendo recomendado o uso de punições regulares para reforçar a disciplina, já que eram vistas como inerentemente pecadoras.

Segundo Clarke, esses dois modelos de família enfatizavam a criança e a educação. Esta ênfase teria se espalhado pelas novas classes médias e sido reforçada no século XVIII pela visão iluminista das crianças como naturalmente inocentes e necessitadas de uma direção apropriada e educação para que se tornassem bons cidadãos, perspectiva expressa no *Emile* (1762),⁸ de Rousseau. No século XIX, o Romantismo fortaleceu a visão das crianças como inocentes e puras, visão entretanto restrita à aristocracia e às classes altas. Para a grande maioria da população na Europa Ocidental, as vidas das crianças eram caracterizadas pela pobreza, trabalho pesado e exploração. Como destaca o autor, isso gerava uma contradição entre a visão romântica idealizada das crianças e a realidade brutal que a maioria delas viviam, com a perspectiva da pureza infantil coexistindo paralelamente à preocupação oitocentista em “salvar” as crianças do trabalho e da exploração. O número de crianças abandonadas aumentava, ao mesmo tempo em que houve um aumento nas iniciativas caritativas e filantrópicas, leis e atos de limitação ao trabalho infantil, e o desenvolvimento em vários países da escolarização pública e compulsória. Pelos fins do século XIX e inícios do XX, portanto, a ideia da criança como uma chave central para as políticas públicas já havia formado raízes. Desta forma, para o autor,

8 A respeito do livro de Rousseau, cf. BOTO, C. “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes”. In: FREITAS, M. C. de.; KULMANN JR, M. (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

(...) sejam quais forem as críticas dirigidas a Ariès e seus colegas, faz sentido ver nossa noção corrente de infância como uma invenção moderna. Primeiro devido à disseminação da ideologia de classe média da família centrada na criança, o desenvolvimento da escolarização compulsória, e a preocupação de políticos e instituições de bem-estar social com os interesses da criança, surgiu no Ocidente em fins do século XX uma nova ideia de infância.⁹

Grande parte do debate no campo e em torno da obra de Ariès tem se dado, desde sua publicação, entre os medievalistas. Segundo Pierre-André Sigal,¹⁰ principalmente a partir dos anos 1980, os historiadores medievalistas procuraram se contrapor às ideias de Ariès e ampliar o conhecimento acerca da infância na Idade Média com pesquisas mais aprofundadas, utilizando seja novas fontes, seja fontes conhecidas mas negligenciadas até então, demonstrando a existência de um sentimento de infância na época medieval. A arqueologia, a iconografia, as fontes hagiográficas (essencialmente as vidas de santos e os contos de milagres), processos, petições, testamentos, inventários, registros municipais, manuais de moral e saber-viver destinados à infância, são todos corpos documentais que vêm sendo utilizados por medievalistas para ampliar o conhecimento sobre a infância no período. Entretanto, embora tais estudos enriqueçam os conhecimentos sobre a história da infância, por vezes podem se manter na mesma linha interpretativa de Ariès, ao buscarem “origens” para o sentimento ou concepções acerca da infância, como se houvesse um marco ou um período inicial neste sentido.

Por outro lado, rejeitando praticamente por completo a tese de Ariès, o filósofo norte-americano David Archard¹¹ propõe outro modelo interpretativo. Inicialmente, Archard aponta duas ambiguidades na tese de Ariès. A primeira se refere à “tese da crueldade”, uma ortodoxia do trabalho de Ariès, presente em estudos de seus seguidores, que traz no bojo a ideia de que, antes do surgimento do sentimento de infância e em grande parte devido aos

9 CLARKE, J. *Op. cit.*, p.11

10 SIGAL, P. “L’histoire de l’enfant au Moyen Âge: une recherche em plein essor”. In: *Histoire de l’Éducation*, n.81, 1999, p.3-21.

11 ARCHARD, D. *Children- Rights & Childhood*. Londres: Routledge, 1993.

altos níveis de mortalidade infantil, as atitudes dos pais em relação às crianças eram marcadas pela distância, formalidade e frieza. As crianças, portanto, não contavam. Já a segunda ambiguidade se refere ao termo utilizado por Ariès, sentimento, e não ideia ou conceito. Na visão de Archard, uma sociedade ter o sentimento de infância pode significar tanto a consciência das crianças compondo um grupo distinto, assim como o conjunto de atitudes tomadas em torno desse grupo, e a tese de Ariès permitiria essa dupla interpretação.

Além disso, o filósofo aponta inconsistências na obra do historiador francês. De acordo com Archard, as análises iconográficas de Ariès pressupõem que a arte é exatamente realista na reprodução dos fatos, e ignora a medida em que as transformações nas pinturas se devem a transformações no próprio campo da arte mais do que devido a mudanças de atitudes em relação aos objetos representados. O uso do diário do médico do rei Luís XIII como fonte representativa é criticado por ter se tratado de uma criança excepcional, a herdeira do trono francês. O desenvolvimento e a crescente preocupação com as crianças seriam anteriores a qualquer baixa das taxas de mortalidade infantil, e a emergência do sistema educacional e proeminência da família são por vezes vistas tanto como pré-condições para o surgimento do sentimento de infância, assim como consequências de uma sociedade ter esse mesmo sentimento. Mas a principal crítica de Archard se refere à imprecisão cronológica da tese de Ariès e ao que ele considera o presentismo da obra, ou anacronismo. Apesar de Ariès julgar que antes do mundo moderno não havia um conceito de infância, Archard considera que, na verdade, sociedades do passado poderiam não ter o nosso conceito de infância. Estas sociedades não “falharam” em pensar as crianças como diferentes dos adultos; elas simplesmente pensavam a diferença de maneiras diferentes das que utilizamos hoje.

Dessa forma, o autor propõe uma diferença entre conceitos e concepções de infância. Segundo Archard, é possível que todas as sociedades tenham tido um conceito de infância, uma ideia geral sobre esse período, mas existiram diversas concepções de infância. O conceito de infância, na sua perspectiva, requer que as crianças sejam distinguidas dos adultos a partir de um conjunto não especificado de atributos. Já a concepção de infância seria a especificação destes atributos. Todas as sociedades, portanto, podem ter tido um conceito de infância, ou seja, a consciência da particularidade destes indivíduos distintos de adultos,

entretanto as concepções de infância podem ter variado enormemente entre culturas. O autor estabelece, assim, três critérios básicos nos quais as concepções de infância poderiam diferir. O primeiro deles se refere às fronteiras, ou seja, a duração da infância (engloba aspectos como existência de idades de maioridade, previsões legais, divisão de papéis e responsabilidades de acordo com as idades, ritos de passagem e iniciação). O segundo trata das dimensões, as qualidades que distinguem as crianças dos adultos, a natureza desses indivíduos em particular (perspectiva moral e jurídica, questão da idade, da responsabilidade por seus atos, concepções religiosas e metafísicas, dentre outras). E um último referente às divisões, os modos pelos quais o próprio período da infância é subdividido em um número de diferentes períodos (o bebê, primeira infância, adolescência, puberdade, dentre outras). Portanto,

(...) qualquer concepção de infância vai variar de acordo com as maneiras nas quais suas fronteiras são colocadas, suas dimensões ordenadas e suas divisões estabelecidas. Isto irá determinar como uma cultura pensa sobre a extensão, natureza e significância da infância. A adoção de uma concepção em detrimento de outra irá refletir crenças, assunções e prioridades gerais prevalentes. (...) estar ciente da distância entre conceito e concepção é ao mesmo tempo perceber que podem existir e existem diferentes concepções de infância, e que essas diferentes concepções implicam diferentes valores, prioridades e assunções gerais.¹²

De maneira semelhante à análise de Archard, Colin Heywood¹³ considera que uma abordagem mais frutífera em estudos históricos da infância é buscar as diferentes concepções acerca desse estágio da vida em diferentes períodos e lugares, e explicá-las a partir das fontes e das condições culturais predominantes. Além disso, o autor considera que uma mesma sociedade pode abrigar concepções conflitantes ou ambivalentes a respeito da infância. Logo, a investigação histórica deve levar em conta a natureza por vezes contraditória ou ambígua das ideias relacionadas à infância. Na consideração de Heywood, a ênfase na historiografia em buscar uma “descoberta” da natureza particular da infância pode dar margem à interpretação

¹² *Ibidem*, pp.27-28.

¹³ HEYWOOD, C. *Uma história da infância*. São Paulo: Artmed, 2004.

deste período como uma categoria atemporal, esperando para ser descoberta. As perspectivas nesse sentido estariam distantes da consideração da infância como uma construção social que variou, e ainda hoje varia, nas diversas sociedades.

A historiadora Pat Thane,¹⁴ por sua vez, apresenta uma perspectiva econômica no estudo de história da infância. Thane considera que as explicações de Ariès contêm uma falha, a falta de um exame sistemático da influência das mudanças econômicas nas definições da infância. A autora argumenta que o período entre os séculos XV e XVIII foi justamente aquele de emergência do capitalismo, o que provocou dois efeitos: o primeiro, aqueles que tinham alguma forma de acesso à riqueza e propriedade lutaram para ampliar seu controle para dispor delas de forma mais lucrativa; segundo, a vida adulta teria se tornado mais complexa para aqueles envolvidos diretamente com comércio ou em profissões associadas, tais como o direito, com trabalho consumindo mais tempo e mais habilidades sendo necessárias. Assim, seria de esperar por parte desses estratos um controle mais estreito sobre as próximas gerações, para treiná-las nos hábitos da disciplina do trabalho de forma que as riquezas tão cuidadosamente adquiridas não evaporassem com casamentos descuidados e vida desperdiçada. Até então, tais pressões não se teriam feito sentir entre os grandes proprietários de terras, cuja riqueza era extensa, e entre os trabalhadores pobres. Somente posteriormente, com a elite agrária pressionada pela competição por poder e riqueza pelas classes médias, e ainda mais tarde, quando a economia industrial mudou as demandas estatais sobre os trabalhadores pobres, requerendo maiores níveis de educação, aspectos da criação das crianças, especialmente o aumento na educação, começaram a afetar a massa dos estratos mais altos e mais baixos.

Na perspectiva econômica da autora, portanto, há uma correspondência entre o nascimento do capitalismo, escolarização e mudanças nas definições de infância. Embora nos distanciemos de uma perspectiva que enfoque sobretudo os aspectos econômicos, o trabalho de Thane oferece novas possibilidades de análise em um estudo de história da infância,

¹⁴ THANE, P. "Childhood in History". In: KING, M. (ed.). *Childhood, Welfare and Justice: a critical examination of children in the legal and childcare systems*. Londres: Batsford, 1981.

procurando complexificar as relações entre infância e sociedade, e escapando da perspectiva quase naturalista de Lloyd deMause.

A preocupação com os sistemas econômicos também levou o historiador Peter Stearns¹⁵ a identificar o que ele chamou de um “modelo moderno de infância”. Tal modelo teria se constituído a partir de mudanças que ocorreram primeiro na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e depois foram sendo adotadas por outras sociedades. O modelo, na visão de Stearns, é dinâmico e fluído, podendo sociedades simplesmente o rejeitarem, tendo se constituído entre os séculos XVII e XIX a partir de três fatores fundamentais: a passagem da infância, até então voltada ao trabalho, para a escolaridade; a redução de taxas de natalidade, com a decisão de famílias de limitarem o seu tamanho; e a redução das taxas de mortalidade infantil, em grande parte por medidas públicas de saneamento e prevenção de saúde. Este seria o modelo moderno, escolas, menos mortes e menos crianças em cada família. Como consequência direta, Stearns aponta a maior separação entre a infância e o estágio adulto, com a criança passando grande parte do tempo do seu dia na escola; e com a propagação de estabelecimentos escolares, novas categorias foram sendo criadas, como a “adolescência”, de difícil definição na época. Entretanto, consideramos o estabelecimento de um modelo que englobe toda a experiência da infância no mundo moderno algo problemático, porque além de apoiado em frágil bibliografia e corpo documental, não leva em conta as diversas variações locais e continentais.

Historiadores da vida cotidiana também têm incorporado o tema da infância em seus estudos. Jacques Gélis,¹⁶ por exemplo, identifica mudanças de atitude em relação à criança em um período extenso, pelo menos desde o século XIV, e que se aprofunda nos séculos XVI e XVII. Essa transformação ocorreu primeiro em meios urbanos e, assim como Ariès, Gélis associa a mudanças no perfil da família e da educação. O autor identifica duas passagens fundamentais, da família-tronco (baseada na linhagem) para a família nuclear, e de uma educação pública comunitária e aberta, que integrava a criança na coletividade para que esta

15 STEARNS, P. N. *A infância*. São Paulo: Contexto, 2006.

16 GÉLIS, J. “A individualização da criança”. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. *História da vida privada 3 – da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

incorporasse os interesses e sistemas de representação da linhagem, a uma educação pública de tipo escolar, facilitando o desenvolvimento de suas aptidões individuais. A difusão de novos modelos ideológicos por parte da Igreja e do Estado, como a Criança-Cristo e a criança da realeza, além do surgimento de dispositivos legais voltados para esta população específica, indicariam a modificação e a afirmação do sentimento de infância. Dessa forma, procurando aprofundar a interpretação anteriormente oferecida por Ariès, o autor considera que

O interesse ou a indiferença em relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula (...). Assim, devemos interpretar a afirmação do ‘sentimento da infância’ no século XVIII – quer dizer, nosso sentimento da infância, como o sintoma de uma profunda convulsão das crenças e das estruturas de pensamento, como o indício de uma mutação sem precedente da atitude ocidental com relação à vida e ao corpo. A um imaginário da vida que era aquele da linhagem e da comunidade substituiu-se o da família nuclear. A uma situação em que o ‘público’ e o ‘privado’ desempenhavam seu papel na formação da criança sucedeu outra, que amplia os direitos da mãe e sobretudo os do pai sobre o filho. Contudo, num clima de crescente individualismo, disposto a favorecer o desenvolvimento da criança e encorajado pela Igreja e pelo Estado, o casal delegou uma parte de seus poderes e de suas responsabilidades ao educador.¹⁷

A historiadora Michelle Perrot,¹⁸ por sua vez, analisando o período contemporâneo e principalmente fontes francesas, apontou que no século XIX o filho passou a ocupar mais do que nunca a posição central nas famílias, sendo objeto de variados tipos de investimento, desde o afetivo, até econômico, educacional e existencial. Porém, por outro lado, a criança também torna-se o futuro da nação, o cidadão, e em torno dela e da família (especialmente quando pobre e tida como incapaz), estabelecem-se terceiros interessados, tais como filantropos, médicos, estadistas, com o objetivo de protegê-la, educá-la e discipliná-la. As

17 *Ibidem*, p.328.

18 PERROT, M. “Figuras e papéis”. In: PERROT, M. (org.). *História da vida privada 4 – da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

primeiras leis de cunho social, segundo a autora, tiveram como objetivo as crianças, implantando, por exemplo, a limitação de tempo de trabalho nas fábricas. Ainda que não tenham sido eficazes a princípio, as novas leis tiveram alcance simbólico e jurídico considerável. Além de objeto de disputa de poderes, a infância tornou-se também objeto de saberes que se desenvolveram na segunda metade do século XIX, com o esforço conjunto da medicina, da psicologia e do direito.

Observando sobretudo as crianças de elite, Perrot identificou um duplo movimento nas relações entre pais e filhos no século XIX. Houve um investimento crescente no filho, futuro da família, ao mesmo tempo em que o filho era objeto de amor, aspecto expresso no luto que passa a se fazer quando da morte de uma criança. Nesse período, assim,

Através das várias observações a que está sujeita, inclusive pelo detalhismo dos boletins escolares, a criança vai assumindo rosto e voz. Sua linguagem, seus afetos, sua sexualidade, suas brincadeiras são objeto de anotações (...) A infância, a partir de então, é vista como um momento privilegiado da vida. Toda autobiografia começa e se demora nela, enquanto o chamado romance “de formação” descreve a infância e a juventude do herói. Para tudo e contra tudo, a infância se torna a idade fundadora da vida, e a criança vira uma pessoa.¹⁹

A figura da adolescência, assim, adquiriu grande importância na perspectiva de Perrot. Médicos escreveram dezenas de teses sobre a puberdade de meninos e meninas, e as formas de possíveis correções. A adolescência, além de um perigo para os próprios indivíduos, era também um perigo para a sociedade, tornando-se frequente na época a imagem do adolescente criminoso. Internatos e pensionatos foram constantemente criticados, sendo apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais.

Já em discussão mais ampla sobre a própria constituição do campo da história da infância nos dias atuais, Roy Lowe²⁰ aponta quatro problemáticas das quais o historiador deve estar ciente ao fazer um estudo histórico da infância. A primeira delas, e que se refere

¹⁹ *Ibidem*, pp. 161-162.

²⁰ LOWE, R. *Op. cit.*, pp.23-25.

sobretudo ao quadro histórico europeu, é a tensão e por vezes coexistência entre duas visões opostas de infância que parecem contradizer uma a outra. Por um lado, há uma ampla literatura, quase na totalidade cristã, que sugere que a criança é intrinsecamente má, e que é dever dos pais e adultos educarem as crianças, para que estas se vejam livres das características desafortunadas e tenham a chance de redenção. Por outro, há a visão também bastante frequente segundo a qual as crianças nascem inocentes, mas são corrompidas ao longo do crescimento. Estas duas visões da infância aparentam ser mutuamente contraditórias, e ainda assim conviveram por séculos, sendo que ambas continuam existindo.

A segunda problemática ressaltada por Lowe é até que ponto a infância é construída socialmente na história ou se ela é um estágio da vida pelo qual todos os seres humanos devem necessariamente passar. Se por um lado a psicologia vem sugerindo que todas as crianças atravessam os mesmos estágios de desenvolvimento até se tornarem adultos, em diversos contextos a infância foi abreviada ou encurtada, possibilitando uma forma de infância diferente daquela que conhecemos no mundo atual. Desta forma, a possibilidade da construção social da infância deve estar sempre entre as principais preocupações do historiador.

A terceira problemática que Lowe aponta é a questão de quais características dos adultos são construídas socialmente durante a infância. Aqui entra, dentre outras, a questão do gênero, e as distinções estabelecidas entre os comportamentos masculino e feminino desde os primeiros anos da vida do indivíduo.

E a quarta problemática discutida por Lowe é a importância do historiador ter em mente as possibilidades pelas quais a infância pode ter variado e diferido na história nas diversas regiões. Tais variações na experiência da infância podem ter existido tanto através de continentes e países como dentro de nações individuais. Portanto, deve-se levar em conta em qualquer abordagem histórica da infância os limites da análise e os cuidados com generalizações.

Em relação às abordagens predominantes atualmente na historiografia, Hugh Cunningham²¹ aponta quatro. Uma primeira abordagem enfatiza as ideias em torno da

21 CUNNINGHAM, H. "Histories of Childhood". In: *American Historical Review*, 1998. pp.1195-1208.

infância, e de que forma a infância variou nas diferentes culturas, representando valores diferentes como inocência, esperança, ingenuidade, incapacidade e maldade. A ênfase, portanto, é colocada na construção cultural de ideias acerca da infância. A segunda abordagem, que Cunningham considera uma extensão da anterior, diz respeito às formas pelas quais tais construções culturais impactam as vidas das crianças. Os acadêmicos que optam por essa abordagem se engajam em recuperar a voz das crianças e seu papel enquanto agentes. No extremo oposto está a terceira abordagem, composta por aqueles que defendem que a biologia determina amplamente as formas pelas quais uma criança se desenvolve e as maneiras pelas quais os adultos se relacionam com elas, e procuram no passado evidências para tanto. E uma última e mais recente abordagem defende a importância de se escrever uma história das crianças, ou seja, de seres humanos particulares de uma certa idade.

Como Cunningham destaca, as diferenças de abordagens se refletem nas diferentes fontes utilizadas. Aqueles interessados em ideias sobre a infância ou na vida cotidiana de crianças têm se dedicado à literatura de conselhos, diários e autobiografias, imagens de crianças, e uma variedade de material escrito. Outros procuram estudar a infância através de uma abordagem familiar, utilizando sobretudo dados quantitativos. O uso renovado de evidências não-escritas, especialmente o que é considerado “cultura material”, está abrindo novas possibilidades para a história da infância. Um exemplo é o interesse crescente neste campo na história de brinquedos e bonecas. Estes estudos de cultura material da infância no passado contribuem tanto para o entendimento de ideias sobre esta fase da vida em outras épocas, quanto para a compreensão de experiências de crianças na vida real, pois passamos a conhecer o mundo material no qual elas viveram. Entretanto, como o autor ressalta, um entendimento mais amplo do que era ser uma criança em uma determinada cultura requer uma abordagem mais ampla. As fontes para um estudo desse tipo são maiores para períodos recentes da história, podendo-se integrar documentos escritos com testemunhos pessoais, autobiográficos ou coletados pela história oral.

Por outro lado, Cunningham aponta como um legado negativo da obra de Ariès uma concentração de estudos nas classes médias e altas, tanto por aqueles que seguiram seus

passos quanto pelos seus críticos. E apesar de ser possível descobrir experiências de crianças fora das classes privilegiadas, poucos historiadores o fizeram. Além de estudos de famílias pobres, o autor aponta as análises de fontes de instituições, como orfanatos ou aquelas voltadas para meninos abandonados, que crescentemente vêm sendo desenvolvidas por historiadores. Se por vezes uma abordagem dessa maneira pode não esclarecer totalmente sobre a maioria da população que nunca abandonou seus filhos em uma instituição, a parcela que o fez era alta o bastante para permitir estudar os motivos que levavam uma família ou indivíduo a tomar essa decisão, ou a forma pelas quais essas crianças abandonadas viviam. Ao mesmo tempo, já existem investigações sobre a ação estatal e filantrópica no Ocidente a partir de fins do século XIX, e a elevação dos padrões de vida.

Além de historiadores profissionais, sociólogos também vêm incorporando estudos históricos sobre a infância em suas pesquisas. Loretta Bass²² aponta que, desde os anos 1980, sociólogos têm feito grandes contribuições aos estudos da infância e da juventude, e o campo dos estudos de infância se tornou reconhecido como um espaço legítimo de investigação acadêmica. E assim como os estudos feministas, os estudos de crianças surgiram enquanto campo interdisciplinar, incorporando pesquisadores de disciplinas como história, antropologia, educação, psicologia e sociologia. A autora cita quatro abordagens utilizadas por sociólogos que lidam também com temas históricos: a abordagem de construção social e cultural da infância, com estudos etnográficos ou institucionais que buscam dar voz às crianças; a abordagem pela estrutura social, que analisa a infância em uma dada sociedade por critérios como o status etário e de gênero, ou o status geracional; as abordagens demográficas, sobretudo os estudos de relações entre crianças e estruturas familiares, semelhante aos estudos de famílias realizados por historiadores e citados por Cunningham, com ênfase em análises quantitativas; e os estudos de socialização, em íntimo contato com a Psicologia, que investigam as formas pelas quais os processos de socialização podem afetar crianças e adultos.

Nas últimas duas décadas, novos temas de estudo vêm se destacando no âmbito da história da infância. Dentre elas, está o tema da mortalidade infantil, em íntima conexão com

22 BASS, L. E. "The Sociology of Children and youth". In: BRYANT, C.; PECK, D. (eds.). *Handbook of 21st Century Sociology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006.

outro tema de estudo recente entre historiadores, a história da morte. Claudia Pancino²³ considera que, para qualquer aprofundamento sobre o cotidiano da vida das crianças ou sobre o conceito de infância em épocas passadas, é premissa fundamental considerar a morte e a mortalidade infantil. O principal motivo destacado é a efemeridade da vida das crianças até períodos muito recentes. A autora, assim, propõe uma análise sobre a mortalidade infantil durante a Idade Moderna, dentro de um quadro de História Social e das mentalidades. Tendo em vista que a morte pairava iminente em torno de cada criança que nascia e crescia, isso não podia deixar de determinar determinadas atitudes e comportamentos em relação à infância. A partir de ampla análise documental (registros de batismos e falecimentos, iconografia, literatura, sepulcros infantis) e bibliográfica, a autora defende que em épocas passadas, certamente fazia parte a rápida alternância entre nascimentos e mortes de crianças em uma família ou comunidade, e as formas de luto e suas manifestações só podiam ser diferentes das nossas. Logo, ao contrário de correntes historiográficas que defendem a indiferença de mães e parentes no passado quando da morte de uma criança, Pacino argumenta que desde a Antiguidade podem ser encontrados testemunhos de como esse evento podia ser trágico para uma família.

Portanto, na visão da autora, a familiaridade com a morte de crianças no passado não é sinônimo de indiferença, ou de não preocupação. Analisando o caso da Itália no período moderno, Pancino identifica a importância do ritual do Batismo pela grande preocupação que as crianças ao menos salvassem a alma. Como não se tinha certeza da sobrevivência física da criança e os níveis de mortalidade infantil eram elevados, assegurar a vida eterna do indivíduo era uma tranquilidade ou até mesmo um consolo para as famílias e comunidades. Se a vida do recém-nascido estivesse em perigo, tornou-se possível o batismo “*sub condicione*”, realizado por leigos, até que um clérigo pudesse realizar a cerimônia na igreja em caso de sobrevivência da criança. Frequentemente, as próprias parteiras realizavam o batismo logo após o parto. O hábito de levar as crianças à pia batismal nos primeiros dias de

23 PANCINO, C. “Pequeno demais, pouco demais. A criança e a morte na Idade Moderna”. In: *Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan. A história da ciência no Brasil: constituição e abordagens*, vol. V(1), pp.179-212, 2010.

vida permaneceu até o século XX. Se a criança já estivesse morta, um ritual de ressurreição (*répit*) era realizado para retirar a alma do recém-nascido do além pelo tempo necessário para que ele fosse batizado.

Além de análises de práticas e concepções acerca da morte infantil no passado, abordagens quantitativas têm sido importantes para esclarecer aspectos relevantes sobre a condição das crianças. Embora não seja historiadora da infância, e opte por uma abordagem que enfatiza a história das ciências e das técnicas, o estudo de Andrea Rusnock²⁴ sobre a quantificação da mortalidade infantil no século XVIII é representativo. Segundo a autora, os primeiros cálculos sobre a mortalidade infantil foram feitos na segunda metade do século XVIII na Inglaterra e na França como parte de esforços maiores em quantificar a mortalidade e examinar mudanças nos padrões de mortalidade. Estudos quantitativos das populações eram realizados, assim como debates sobre a vacinação e os efeitos do clima na saúde, dentre outras preocupações. Membros dos governos e médicos ocuparam papéis de liderança nessa área de pesquisa, conhecida como aritmética médica ou política. Foram introduzidos métodos para estabelecer quantas crianças dentre as nascidas em determinado ano morriam. Os cálculos então feitos revelaram não somente altas taxas de mortalidade infantil, mas também variações nesses dados de acordo com condições ambientais e sociais.

Na perspectiva de Rusnock, as mudanças de preocupações com o bem-estar das crianças tiveram conexão direta com as altas taxas de mortalidades reveladas pelas quantificações. Os pais passaram a investir maiores recursos emocionais e físicos em cada criança, fato evidenciado no crescente número de brinquedos e livros, mudanças profundas na educação infantil foram defendidas, assim como avisos eram feitos às mães para amamentarem seus filhos em vez de delegar a responsabilidade para amas de leite. Sob essa crescente preocupação com a infância, estariam as atitudes iluministas e suas crenças na possibilidade da ação humana como fator de mudanças. As vidas das crianças, então, poderiam ser salvas pela educação das esposas, melhores práticas de amamentação, maior

24 RUSNOCK, A. "Quantifying Infant Mortality in England and France, 1750-1800". In: JORLAND, G.; OPINEL, A.; WEISZ, G. (eds.). *Body Counts: medical quantification in historical and sociological perspective*. Londres: Mc-Gill-Queen's University Press, 2005.

proteção maternal, vacinação contra a varíola e melhoria das condições ambientais. Para a autora, os números de mortalidade infantil informaram as tomadas de decisões nesses sentidos dos governos nacionais e locais.

Em geral, de acordo com Rusnock, os aritméticos estabeleceram quatro fatores de variações na mortalidade infantil, quais sejam, a geografia, a estação, o gênero e a classe social. Quanto à geografia, eram considerados ambientes urbanos e rurais (com ampla maioria condenado os ambientes urbanos e sua qualidade de ar para a vida das crianças), regiões montanhosas e pantanosas, e climas quentes e frios. Ares, lugares e águas eram considerados determinantes para padrões de saúde e doença. Aspectos morais podiam entrar nas análises, com as conclusões quantitativas confirmando crenças comuns de que as cidades não eram saudáveis. A qualidade do ar também era avaliada segundo as estações do ano, com as investigações dos períodos mais “mortais” para crianças. O gênero era outro fator que influenciava a mortalidade infantil para esses pesquisadores, com maiores chances de meninos morrerem que meninas. E cálculos eram produzidos avaliando a mortalidade infantil nas diferentes classes sociais, com a conclusão que melhores padrões de vida aumentavam as chances de sobrevivência de uma criança. Dados sobre crianças abandonadas e o tratamento oferecido a elas em instituições eram coletados, revelando altíssimas taxas de mortalidade em ambientes institucionais, o que levou a debates sobre as necessidades de mudanças nos tratamentos dados a esses indivíduos. E também dados sobre a inoculação e a vacinação contra a varíola foram analisados para avaliar os riscos de crianças morrerem pela doença.

Desta forma, embora Rusnock não deixe claro como publicações de pesquisas quantitativas efetivamente foram responsáveis por mudanças no comportamento geral das populações em torno das crianças, sua análise sobre os processos de quantificação abre possibilidades interpretativas para o estudo da infância no passado, e sugerem a importância que tais pesquisas tiveram no passado, apontando que

Esforços no século XVIII em quantificar mortalidade infantil paradoxalmente tanto confirmaram quanto questionaram a inevitabilidade do alto número de mortes. (...) Suas tabelas tornaram a mortalidade infantil visível, e depois de 1750 os dados cada vez mais sugeriram que o alto número de

mortes entre crianças não era a vontade divina da Providência, mas o produto de ações humanas e condições ambientais. Quantificação permitiu aos aritméticos identificar, calcular e publicar altos índices de mortalidade que ajudaram a incitar reformas.²⁵

Outro assunto que tem despertado a atenção dos historiadores da infância, e é de especial interesse no presente trabalho, é a relação entre infância e história da saúde, da medicina e da psiquiatria. Para Rodríguez-Ocaña,²⁶ a história da infância pode revelar o caráter estratégico da saúde no mundo industrial, e o papel da medicina enquanto agência cultural, na medida em que o cuidado médico das crianças é um dos elementos que definem o status das crianças nos dias de hoje. Na visão do autor, a medicina foi um agente importante no processo de formação de uma nova consciência da infância e da valorização da maternidade no mundo contemporâneo, contribuindo para a naturalização de aspectos morais e sendo um fator estruturante da infância. O próprio problema da mortalidade infantil é apontado pelo autor como um temas centrais da história das populações, e o espaço da morte mudou com o domínio da medicina no mundo moderno.

O interesse na história da infância, demonstrado por historiadores da medicina e da saúde, é relacionado por Rodríguez-Ocaña²⁷ ao que ele chama de “cultura da saúde” na atualidade, o peso da profissão médica e suas instituições, a sensação de desigualdade e os problemas relacionados à hegemonia de técnicos e especialistas em mundo pós-industrial. Além disso, a escolha do tema da saúde infantil demanda a integração de perspectivas de diferentes disciplinas, como antropologia, sociologia, demografia e história das ciências, aspecto que se tornou central também para a história da medicina e da saúde. Dentre os temas destacados pelo autor que têm sido objeto de estudo por historiadores da área estão: a institucionalização de crianças abandonadas na idade moderna e contemporânea; o envolvimento histórico da medicina na saúde das crianças, e as relações entre medicina,

²⁵ *Ibidem*, p.82.

²⁶ RODRÍGUEZ-OCAÑA, E. “Child health, a paradigmatic issue in modern history”. In: *DYNAMIS. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illust.*, v.23, 2003. p. 17.

²⁷ *Ibidem*, p.17-26.

sociedade e Estados; as relações entre a saúde das crianças e os movimentos de saúde pública; as relações entre o surgimento da puericultura e da especialidade médica de crianças, a pediatria, e questões políticas, morais e educacionais; estudos sobre vigilância e prevenção de doenças infantis, dentre outros.

Estudos nesse sentido também têm sido realizados na América Latina. De acordo com Anne Emanuelle Birn,²⁸ a proliferação de estudos históricos sobre a saúde infantil na Europa e nos Estados Unidos levou à necessidade de uma revisão da história da saúde infantil em outras regiões do mundo. Contudo, embora para a autora a história da saúde das crianças esteja se tornando uma subespecialidade no âmbito da história da medicina e da saúde, os acadêmicos da América Latina mantiveram, por um longo tempo, um olhar sobre a saúde infantil a partir de outras perspectivas ou interesses históricos (colonial, classes, poder estatal, instituições, regulação, o movimento feminista, a formação de identidades sociais e de raça, a construção dos Estados de Bem-Estar Social, dentre outros). E, mesmo a América Latina sendo extremamente diversa, Birn considera possível separar temas comuns que moldaram respostas na região aos problemas da mortalidade e da saúde das crianças.

Na América Latina como um todo, ao longo do processo de formação das identidades nacionais, Birn aponta que os desafios impostos pela miséria, imigração, urbanização e desordem social levaram os Estados a reconhecer o problema da criança pobre e sua saúde, que até então eram objeto da vida privada. Reformistas sociais, médicos profissionais e políticos passaram a discutir políticas e medidas acerca do bem-estar infantil, inclusive com a organização de congressos internacionais. No século XIX, médicos em toda a região que analisaram os padrões de mortalidade infantil identificaram dois fatores fundamentais, a miséria social e a ignorância materna, e defenderam sua melhoria através de reforma social e maior atenção médica e de saúde pública.

No contexto mais geral da América Latina, o período que engloba as últimas décadas do século XIX foi marcado por uma maior preocupação por parte de juristas, educadores e médicos com a saúde infantil, principalmente no que tangia à mortalidade.

28 BIRN, A. "Child health in Latin America: historiographic perspectives and challenges". In: *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 14, n. 3, pp.677-708, 2007.

Segundo Anne-Emanuelle Birn, as elites políticas e sociais passaram a reconhecer a importância da saúde da criança na manutenção da ordem, inicialmente aceitando, mas gradativamente substituindo as ações das instituições de caridade (ligadas à Igreja Católica), nas responsabilidades de assistência. Relacionada a esta questão, estava também a possibilidade de reduzir a delinquência e a criminalidade juvenil, reeducando as crianças através do trabalho. Assim, diversos países da região, como foi o caso do Brasil, passaram a empregar medidas higiênicas nas escolas, a partir de fins dos oitocentos e inícios do século XX, como um símbolo da importância da criança na formação das identidades nacionais. Tais medidas incluíam a necessidade de limpeza das escolas, boa ventilação, água corrente e sistemas sanitários completos, podendo os prédios incluir ginásios ou outras instalações para exercícios físicos. Inspeções médicas passaram a ser realizadas nas escolas de diversos países, na busca das razões das altas taxas de mortalidade e para a vacinação contra a varíola. Médicos começaram a ocupar cargos de chefia e liderança em instituições e órgãos relativos ao bem-estar e saúde infantil.

Outra possibilidade de estudo nesta área é a relação entre a saúde infantil e a história da psicologia e da psiquiatria. É o caso do estudo de Sally Shuttleworth.²⁹ A partir de um conjunto de literatura, textos científicos e tratados médicos, além de iconografia da época, a autora analisa a emergência da preocupação com a mente das crianças na Inglaterra vitoriana. Segundo Shuttleworth, embora escritores do Romantismo tenham estabelecido um “culto” das crianças, os vitorianos criaram os primeiros estudos científicos e literários detalhados do desenvolvimento infantil. Entre 1840 e 1900, a mente da criança se tornou pela primeira vez um objeto explícito de estudo, de romances e autobiografias até estudos de casos psiquiátricos. Foi esse período que assistiu ao surgimento da psicologia infantil enquanto disciplina, e as primeiras análises de desordens nervosas e insanidade na infância, assim como assistiu à publicação de romances (como os de Dickens e Eliot) que abriram ao público os pensamentos e sentimentos do que é ser uma criança. Assim, embora desde o século XVIII existissem numerosos tratados educacionais ensinando como educar uma criança, e

29 SHUTTLEWORTH, S. *The Mind of the Child: Child Development in Literature, Science and Medicine, 1840-1900*. Oxford: Oxford Press, 2010.

campanhas por melhorias das condições físicas de trabalho das crianças, foi somente por volta da metade do século XIX que se deu atenção detalhada aos processos de desenvolvimento mental das crianças. A criança, portanto, se tornou a chave para entender a forma adulta, o período crucial que estabeleceria as fundações do futuro.

Assim como outros autores observaram, Shuttleworth considera que na segunda metade do século XIX a criança se tornou foco de observação, análise e especulação sem precedentes, culminando na última década com a fundação do movimento de estudos da infância que reuniu psicólogos, educadores, escritores e pais, dedicando-se a estudar o desenvolvimento mental das crianças. Embora discussões sobre neuroses infantis e distúrbios existissem durante todo o século, foi somente nas últimas décadas que se começou a observar o campo da psiquiatria infantil. As principais preocupações eram a turbulência sexual dos adolescentes, as pressões dos exames escolares, ansiedades, suicídios, e crianças que cometiam crimes e assassinatos. Entretanto, as referências em textos psiquiátricos é predominantemente a crianças de classe média, com poucas citações a crianças das classes trabalhadoras. Já as crianças protagonistas dos romances e autobiografias não são mais apenas sofredoras passivas ou coadjuvantes, mas são emocionais, com sua mente tentando ser entendida pelos adultos que os escreviam.

Por fim, embora não seja um estudo do campo da história da infância, vale fazer referência ao trabalho do sociólogo Jacques Donzelot, *A Polícia das Famílias* (1986)³⁰ pela influência de sua obra, inclusive na historiografia brasileira sobre o tema. Investigando o lugar da família nas sociedades ocidentais, e dialogando com os trabalhos de Foucault, Donzelot identifica a partir do século XVIII grande preocupação com a conservação das crianças, expressa em uma literatura inicialmente produzida por médicos.

Foucault³¹apontou que no século XVIII, período de uma explosão discursiva sobre o sexo, este se tornou caso de “polícia”, termo que então não tinha o sentido repressivo empregado atualmente, mas referente à “majoração ordenada das forças coletivas e

³⁰ DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro; Graal, 1986.

³¹ FOUCAULT, M. *História da sexualidade vol. I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

individuais”. Nesse sentido, Foucault identificou uma polícia do sexo, ou seja, a necessidade de regulação do sexo através de discursos úteis e públicos, e não por proibições. O sexo das crianças, então, teria se tornado de especial interesse, o que se expressaria inclusive nos colégios, com seus dispositivos arquitetônicos, organização interna (espaços das salas, pátios, dormitórios) e regulamentos sendo organizados em torno da sexualidade das crianças, com o sexo do colegial sendo um problema público. E dentre os conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos de saber e poder sobre o sexo, Foucault identificou a pedagogização do sexo da criança, com pais, famílias, educadores, médicos e psicólogos devendo se encarregar continuamente desse aspecto sexual arriscado e perigoso, em termos físicos, morais, coletivos e individuais.

Discutindo a mudança da imagem da infância a partir dos setecentos e a revalorização das tarefas educativas, Donzelot considera que se instalou no período uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos diferentes, cada qual com uma estratégia. Um tinha como eixo a difusão da medicina doméstica, conjunto de conhecimentos e técnicas voltadas para as classes burguesas tendo em vista tirar seus filhos da influência negativa de serviçais, além de colocar estes últimos sob a vigilância dos pais. E o segundo polo, que o autor agrupa sob o nome “economia social”, abrangia as formas de direção da vida dos pobres para diminuir o custo social de sua reprodução, obter o número desejado de trabalhadores reduzindo gastos públicos e filantropia.

Por um lado, na visão de Donzelot, a instauração do médico de família nesse período teria resultado em uma aliança com as mães, como executoras de seus princípios educativos, e concedendo a estas maiores poderes dentro da economia doméstica, aspecto que teria servido de ponto de apoio para correntes feministas no século XIX. Os textos médicos destinados a famílias sobre criação, educação e medicação de crianças são compostos de conselhos imperativos, e a atuação dos médicos também se faz contra a medicina popular de comadres e charlatães e as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o internato, e as serviçais, defendendo especialmente a amamentação materna. Pela ação da medicina doméstica, a família burguesa se fecharia, na visão do autor, contra possíveis influências exteriores. Abundam críticas à educação pública, ao amontoamento, má ventilação,

promiscuidade dos dormitórios, entre outros aspectos, ao mesmo tempo em que inspiram uma educação onde os pais preparam as crianças para a disciplina escolar enquanto velam pelas boas condições da educação pública. Já em relação à intervenção nas famílias populares, a “economia social” estaria estabelecida em entrar liberdades assumidas (como o abandono de crianças, com as rodas de expostos sendo alvos de constantes críticas), controlar as uniões e impedir linhas de fuga, como a vagabundagem. Seria, portanto, o estabelecimento de vigilâncias diretas.

Na perspectiva de Donzelot, portanto, o advento da família moderna em torno do primado do educacional não se deu a partir de um mesmo modelo. A família burguesa teria se constituído a partir de um retraimento tático de seus membros com o objetivo de controlar um inimigo em seu próprio interior, os serviçais. A aliança com os médicos teria reforçado o poder interno da mulher e mediatizado o poder externo das famílias. Já a família popular se estabeleceu a partir de uma redução de cada um de seus membros aos outros, em uma rede de vigilância contra as tentações do mundo exterior (a rua, o cabaré). Assim, de uma forma geral,

O crescimento da polícia no século XVIII se apoia no poder familiar, promete-lhe felicidade e tranquilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família. O aparelho central se pretende, portanto, a serviço das famílias. (...) Mas essa harmonia entre a ordem das famílias e a ordem estatal é produto mais de uma conivência tática do que uma aliança estratégica. Já que o escândalo não é da mesma natureza para as duas. O que perturba as famílias são os filhos adúlteros, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição. Em compensação, o que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados ou inúteis.³²

Desta forma, como pudemos analisar, desde a publicação do livro clássico de Philippe Ariès, em 1960, até nossos dias, a história da infância se estabeleceu enquanto campo de discussões historiográficas, e recentemente vem ampliando seu escopo, dialogando e incorporando conhecimentos de outras áreas do conhecimento histórico e das humanidades,

³² DONZELOT, J. *Op. cit.*, p.29.

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

assim como historiadores de outras especialidades e sociólogos têm incorporado a infância em suas análises como chave interpretativa fundamental para o entendimento do passado.